

Prioridades do Executivo

Às vésperas do encerramento do semestre do Legislativo, o governo conseguiu a aprovação de apenas dois projetos de sua agenda de prioridades para este ano. Os demais estão distribuídos entre as comissões e relatorias do Legislativo. São pelo menos 16 projetos que restam para apreciação até o fim do ano, com a ressalva de que o Planalto conta com a aprovação de pelo menos a metade antes do recesso parlamentar.

Até agora, o Congresso aprovou a proposta do governo de punir com rigor o enriquecimento ilícito de servidores. E uma resolução, que dependia só do Senado. De autoria do senador Ney Maranhão (PRN-PE), a resolução define os limites de endividamento do setor público.

A maioria dos projetos, embora o governo ainda não se dê por vencido, dificilmente será apreciada antes do segundo semestre. O limite de endividamento com o funcionalismo público, por exemplo, que passou na Câmara, emperrou no Senado. O que o governo quer é diminuir o índice de 60% de limite da receita aprovado pelos deputados. Na Comissão de Defesa Nacional da Câmara, o deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP) prepara-se para entregar o substitutivo ao projeto do governo que determina a salvaguarda de assuntos sigilosos da sociedade e do Estado.

A proposta inicial foi muito ampliada: os parlamentares, pela idéia original, teriam acesso às informações secretas da Secretaria de Assuntos Estratégicos, como o destino das verbas secretas. O relator ampliou o acesso aos dados secretos para todos os órgãos de informação, que estão nos ministérios militares, na Polícia Federal e no Itamarati. Pela proposta, os parlamentares podem saber tudo, mas têm que manter sigilo.

Da lista do governo constam também projetos de mais fácil tramitação no Congresso. Um deles é o projeto relatado pelo deputado Artur da Távola (PSDB-RJ), sobre reformulação da estrutura do esporte, que já conseguiu acordo na comissão especial criada para examinar as chamadas leis Zico e Bernard. Os clubes de futebol atrasaram o acordo, que saiu somente há duas semanas.

Mas os projetos que compõem a espinha dorsal da fase atual do governo Collor são justamente os mais polêmicos e que apresentam dificuldades maiores no Congresso. Sem contar o ajuste fiscal, as prioridades são as seguintes:

■ **Licitação e contratos** — A idéia de mudar o Decreto-Lei 2.300, que trata de licitações públicas, por um projeto mais moderno, partiu do deputado e empreiteiro Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), após denunciar irregularidades na contratação de obras públicas. O governo também elaborou uma proposta, mas a influência do empresário prevalece. O substitutivo, que tramita em regime de urgência máxima na Câmara, está sendo relatado pelo deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), que promete apresentar um substitutivo final para votação no próximo dia 11. As pressões em torno do projeto são literalmente bilionárias. Apenas o mercado de telefonia

celular, no Brasil, movimentará cerca de US\$ 10 bilhões por ano. Uma das sugestões propõe que a exploração do serviço seja feita por leilão em bolsa.

■ **Advocacia-Geral da União** — O projeto regulamenta o órgão que assessoria juridicamente o Poder Executivo. A proposta tramitava sem maiores dificuldades até as denúncias dos paulistas José Serra (PSDB) e Hélio Bicudo (PT). Segundo eles, aprovado, o projeto criará um novo "trem da alegria". "Queremos apenas uma máquina enxuta", diz Bicudo, que apresentou mais de 50 emendas.

■ **Concessão de serviços públicos** — A proposta foi feita pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) em março do ano passado e faz parte do novo conceito de estado. Pelo projeto, estradas, telecomunicações, serviços de água e energia elétrica, linhas aéreas, transporte ferroviário e rodoviário, entre outros, poderão ser exercidos pela iniciativa privada, através de licitações. O substitutivo do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) está pronto para votar há mais de uma semana, mas nem oposição nem governo sentem-se seguros para testar suas forças.

■ **Portos** — Ainda engatinha na comissão especial da Câmara que trata do assunto, sob a relatoria do deputado José Reinaldo (PFL-MA), que está menos governista do que esperava o Planalto. A desregulamentação dos portos pretende basicamente baratear o custo da utilização dos portos, diminuir o custo dos produtos importados e melhorar a competitividade do setor exportador. Governo e partidos que defendem a "modernização", como o PSDB, esbarram nos poderosos sindicatos dos portuários, que dominam o setor de carga e descarga. Segundo os sindicalistas, o desemprego vai varrer os portos se o projeto for aprovado. O acordo é muito difícil.

■ **Patentes** — O governo, principal interessado no projeto, está sendo arrastado pela oposição. Apresentado em abril do ano passado pela ex-mistra Zélia Cardoso de Mello, sob pressão da representante comercial da Casa Branca, Carla Hills, parece que foi esquecido pelo Planalto. Primeiro, o governo demorou a indicar relator. Depois, indicou o deputado Reinhold Stephanes, que abandonou o projeto para assumir a Previdência. Uma viagem internacional de oito parlamentares da comissão foi desconsiderada pelo novo relator, deputado Ney Lopes (PFL-RN). Voltaram convencidos da necessidade da aprovação os deputados Alberto Goldman (PMDB-SP), presidente da comissão, e Nelson Jobim (PMDB-RS). O projeto é combatido pela igreja, os nacionalistas e a indústria farmacêutica nacional: as indústrias brasileiros teriam que pagar por patentes estrangeiras, mas acabaria a retaliação estrangeira sobre a indústria calçadista e cítrica.

■ **Lei Orgânica do TCU** — Melhora os instrumentos de fiscalização do Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso. Já passou pelo Senado, que aprovou substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Na Câmara, deverá ser retocado. (I.G.)